

Deputados devem analisar contas de 2025 de Tarcísio e debater segurança e transportes

Alesp tem reuniões de Comissões e Sessões de Expediente e Ordem do Dia agendadas para esta quarta(21)



DIVULGAÇÃO/ALESP

A Comissão de Infraestrutura da Alesp deve debater explosão no Jaguaré, enchentes no Jardim Pantanal e concessão do Memorial da América Latina.

Da Redação

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) terá nesta quarta-feira (21) uma agenda de reuniões de comissões permanentes e sessões plenárias. Entre os assuntos previstos estão a análise das contas do governo estadual de 2025, propostas sobre segurança pública, gratuidade no transporte coletivo e pedidos de esclarecimentos sobre acidentes envolvendo serviços públicos.

Às 14h, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) analisará o

Balanco Geral do Estado referente ao exercício financeiro de 2025. O relator, deputado Fábio Faria de Sá, apresentou voto pela aprovação das contas do governador Tarcísio de Freitas, por meio de Projeto de Decreto Legislativo, ressalvados os atos ainda pendentes de julgamento pela Assembleia.

No mesmo horário, a Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários terá 169 itens na pauta. Entre eles está o Projeto de Lei 288/2020, de Gil Diniz, que pretende revogar a proibição de fabricação e comercialização de ar-

mas de brinquedo no estado.

Também serão analisadas propostas para permitir o porte de armas a guardas municipais, instalar policiais militares nas escolas estaduais, monitorar eletronicamente agressores de mulheres e ampliar o funcionamento das Delegacias de Defesa da Mulher para 24 horas.

Às 15h, a Comissão de Infraestrutura discutirá requerimentos relacionados à explosão ocorrida em maio no Jaguaré, zona oeste da capital, durante uma obra da Sabesp que atingiu uma tubulação da

Comgás. Deputados solicitam esclarecimentos de representantes das empresas, da Arsesp e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

A comissão também analisará pedidos de informações sobre enchentes no Jardim Pantanal, na zona leste, e a proposta de concessão do Memorial da América Latina. Outra pauta prevê apelo ao governo federal para ampliar o acesso à energia elétrica em comunidades rurais de Avaré.

A Comissão de Transportes e Comunicações também se

reunirá às 14h, com 84 itens. Entre eles está o PL 852/2024, de Luiz Claudio Marcolino, que propõe gratuidade no transporte público municipal para pessoas a partir de 60 anos.

A pauta inclui ainda passe livre para policiais civis e penais, isenção de pedágios e balsas para trabalhadores da saúde e transporte gratuito para estudantes nos dias de provas de ingresso no ensino superior. Também há requerimentos sobre a morte de um passageiro na Linha 5-Lilás, concessões rodoviárias e problemas nos serviços ferroviários.

REUNIÃO SEM QUÓRUM

Na terça-feira (20), a Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais tinha reunião prevista, mas não houve quórum para a realização dos trabalhos. Com isso, os assuntos previstos não foram deliberados. A reunião não integra a programação desta quarta-feira.

SESSÕES PLENÁRIAS

A agenda desta quarta-feira(21) inclui ainda a 156ª Sessão Ordinária, no Plenário Juscelino Kubitschek. Às 14h, ocorre a sessão de Expediente, destinada aos pronunciamentos dos deputados e à apresentação de assuntos de interesse público.

Às 16h30, está prevista a Ordem do Dia, etapa destinada à discussão e votação das matérias incluídas na pauta legislativa.

SP reconhece origem do Café da Cuesta Paulista

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO

Da Redação

O Governo de São Paulo reconheceu oficialmente a delimitação geográfica do Café da Cuesta Paulista, produzido em 18 municípios do interior do estado. A medida foi publicada nesta terça-feira (20), no Diário Oficial, por meio da Resolução nº 70/2026 da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e representa uma etapa para a obtenção do registro de Denominação de Origem (DO) junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

A resolução aprova a nota técnica que estabelece os limites territoriais da produção e reconhece a relação entre as características do café e as

condições naturais e humanas da região. O pedido foi apresentado pelo Sindicato Rural de Pardinho, responsável por representar os produtores no processo.

A área delimitada abrange Avaré, Bocaina, Bofete, Botucatu, Brotas, Cerqueira César, Dois Córregos, Dourado, Itatinga, Itirapina, Jaú, Mineiros do Tietê, Pardinho, Pratânia, Ribeirão Bonito, São Manuel, São Pedro e Torrinha.

Segundo o documento, a produção cafeeira na região começou na década de 1860, em Botucatu. O território apresenta características como altitudes entre 800 e 1.007 metros, clima ameno e condições de solo que favorecem o cultivo de cafés especiais.



Café da Cuesta Paulista é produzido em 18 municípios do interior de São Paulo.

A análise de 212 laudos de concursos regionais, referentes a sete safras, identificou pontuação média de 83,1 na escala da Specialty Coffee Association (SCA). Entre os registros detalhados, 97,8% foram classificados como cafés especiais.

O produto contemplado é o café da espécie *Coffea arabica*, comercializado cru, torrado em grãos ou torrado e moído.

A proposta prevê mecanismos de rastreabilidade, auditorias e controle de qualidade. O reconhecimento definitivo da Denominação de Origem ainda depende de aprovação do INPI. O registro poderá contribuir para a valorização comercial e identificação da procedência do café paulista.